



PARECER Nº 224/2021 – COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº CM 069/2021

1. Relatório

Trata-se de projeto de lei de autoria do Exmo. Vereador Rodrigo Kaboja, que “acrescenta ao art. 31 da Lei Ordinária Municipal nº 3.230, de 09 de setembro de 1992, o inciso V, que garante a gratuidade do transporte coletivo às pessoas com visão monocular”

Em resumo, o projeto propõe incluir entre as hipóteses de reconhecimento do direito ao transporte escolar gratuito previstas na Lei Municipal nº 3.230/92, na condição de deficientes físicos, também as pessoas diagnosticadas com visão monocular.

Em sua justificativa, o autor da proposta sustenta que a legislação municipal já dispõe sobre o direito à gratuidade do transporte escolar para os portadores de deficiência, valendo-se das especificações do Decreto Federal nº 5.296/04 para a individualização dos beneficiários; no entanto o Congresso Nacional aprovou no último dia 22/03/2021 a Lei Federal nº 14.126/21 que reconheceu como deficientes as pessoas com visão monocular. Como não houve atualização do Decreto Federal nº 5.296/04, e consequentemente do entendimento da legislação municipal, embora a Lei Federal nº 14.126/21 encontre-se vigente, a proposta de lei trazida busca estender às pessoas com visão monocular os mesmos direitos assegurados no Município aos deficientes.

Em face do exposto, passa-se à análise da matéria sujeita à apreciação pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal de Divinópolis, nos termos do art. 90, inciso I, c/c art. 125, ambos do Regimento Interno (Resolução nº 392 de 23 de dezembro de 2008).

2. Fundamentos

Após a análise do projeto sob apreciação, com a finalidade de realizar verificação preliminar acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposta, foi possível chegar às seguintes constatações.

2.1 Do exame quanto à competência legislativa



Sob o aspecto da competência do Legislativo Municipal, não foi verificada a existência de óbice ao trâmite da matéria, eis que plenamente adequada às normas constitucionais de fixação das competências legislativas.

Em se tratando da extensão do direito à gratuidade do transporte escolar assegurado aos deficientes pela legislação municipal para as pessoas com visão monocular, recentemente reconhecidas como deficientes por meio da Lei Federal nº 12.126/21, a matéria se enquadra na condição de assunto de interesse local, portanto de competência dos Municípios, na forma do art. 30, I, da Constituição Federal.

A competência municipal para disciplinamento da matéria encartada na proposição, ainda encontra amparo no disposto no art. 11, XXI, e nos artigos 12, II, e 109 da Lei Orgânica do Município.

2.2 Da iniciativa

Verifica-se que o projeto de lei ordinária em questão pode ser proposto qualquer Vereador, nos termos do art. 48 da Lei Orgânica Municipal, além de que a matéria em debate não encontra-se encetada entre as hipóteses de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal a que faz referência o §3º, do art. 48, da Lei Orgânica Municipal. Há, portanto, perfeita adequação do projeto, sob o aspecto da iniciativa.

2.3 Da constitucionalidade

A Constituição Federal de 1988 é clara ao dispor em seu art. 30, I, que é de competência dos Municípios o disciplinamento de assuntos de interesse local, enquadrando-se a extensão do direito à gratuidade do transporte escolar assegurado aos deficientes pela legislação municipal para as pessoas com visão monocular, recentemente reconhecidas como deficientes por meio da Lei Federal nº 12.126/21, nessa natureza de assuntos.

Não se visualiza, na presente análise, confronto entre as disposições constitucionais e as disposições contidas no projeto ora apresentado, devendo o mesmo, *s.m.j.*, ser considerado constitucional.



2.4 Legalidade

Quanto à legalidade da matéria, faz-se necessária a análise do projeto sob o aspecto da competência de iniciativa, de sua adequação aos normativos, bem como de sua conformação com o texto constitucional, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

A matéria tratada no projeto sob análise é dotada de ineditismo, não sendo constatadas na pesquisa realizada sua identidade ou semelhança com outra matéria em tramitação, nem mesmo qualquer causa que possa conduzir à sua prejudicialidade.

Cumprido ao Município de Divinópolis, na forma do art. 109, da Lei Orgânica assegurar o acesso ao transporte público gratuito, com garantia de sua segurança no embarque, trajeto e no desembarque.

A proposição apresentada cinge-se a estender às pessoas com visão monocular o direito acima referido, adequando a legislação municipal às novas diretrizes traçadas na Lei Federal nº 14.126, de 22/03/2021 que classificou como deficientes esse grupo de pessoas.

A Lei Municipal nº 3.230, de 09/09/1992, embora reconheça o direito à gratuidade do transporte público vale-se das disposições do Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004 para fins de individualizar quais pessoas poderiam ser qualificadas como deficientes; de modo que a não atualização desse normativo federal impõe condição de parcial omissão à legislação municipal, sanada com o projeto de lei apresentado.

Em nenhuma medida o projeto apresentado usurpa competência que caiba ao Chefe do Poder Executivo de forma exclusiva, violando a regra da separação dos Poderes, a proposição apenas acresce à categoria deficientes físicos, a quem já se reconhece o direito à gratuidade do transporte, as pessoas com visão monocular qualificadas deficientes na legislação federal.

Inexistem óbices de natureza legal que possam impedir a aprovação do presente projeto de lei apresentado.

2.5 Técnica legislativa

Nesse aspecto, o projeto em análise encontra-se redigido com clareza e observância da técnica legislativa adequada, atendendo, portanto, às exigências e condições de tramitabilidade e legalidade do art. 154, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

3. Conclusão



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

Feitas as considerações, é o presente parecer pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E JURIDICIDADE** do Projeto de Lei Ordinária nº CM 069/2021.

Divinópolis, 31 de maio de 2021.

Rodrigo Kaboja

Vereador Presidente da
Comissão de Justiça, Legislação
e Redação da Câmara Municipal
de Divinópolis

Hilton de Aguiar

Vereador Secretário e Relator
da Comissão de Justiça,
Legislação e Redação da
Câmara Municipal de Divinópolis

Israel da Farmácia

Vereador Membro da Comissão
de Justiça, Legislação e
Redação da Câmara Municipal
de Divinópolis

Bruno Cunha Gontijo

Procurador do Legislativo Municipal

PLCM 069/2021